

A onipresença nos negócios financeiros da capital da província deu ao comendador Paula Santos um poder muito singular, inclusive na instituição da Caixa Filial do Banco do Brasil em Minas Gerais, que ao fim e ao cabo, foi apenas uma agência da capital da província.

O atraso do desenvolvimento do sistema bancário regular em Minas Gerais talvez esteja ligado à dispersão de seus centros urbanos e comerciais, o que dificultava a reunião de capitais privados, à proximidade de amplas regiões com o Rio de Janeiro e o fato de ter uma capital, que cumpria o papel de centro político, mas não econômico. Ademais, as casas bancárias estabelecidas nestes centros mercantis parecem ter atendo ao chamado das demandas do mercado regional.

É importante ressaltar, à guisa de conclusão, que mesmo não sendo um grande centro financeiro, a trajetória de instituições e agentes mercantis de Ouro Preto, permitiu-nos, em um análise micro-focal, flagrar o processo de modernização e sofisticação de investimentos e práticas de mercado.

## **Conflito entre a seção fabril e seção comercial dentro da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional na década de 1870**

Dr. Cezar Teixeira Honorato- UFF  
Jussara França de Azevedo  
Doutoranda em História Social/USP

### **Resumo**

Este artigo tem por finalidade demarcar o conflito dentro da SAIN a fim de caracterizar a saída da seção fabril da entidade e o início da luta pela organização do grupo fabril no Império.

Com esta intencionalidade dividirei este artigo em duas partes. A princípio apontarei as mudanças ocorridas na década de 1870 na cidade do Rio de Janeiro. Em segundo lugar demonstrarei o conflito existente no órgão e a saída da seção fabril favorecendo assim o início da luta pela organização de um grupo da indústria fabril no Império.

Palavra- chaves: Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, fabril, Império, comércio e indústria.

### Summary

This article aims to demarcate the conflict within the SAIN to characterize the output of the manufacturing section of the entity and the beginning of the struggle for group organization in manufacturing empire.

With this intent divide this article into two parts. The principle point out the changes that occurred in the 1870s in the city of Rio de Janeiro. Secondly demonstrate the conflict in the organ and the output of the manufacturing section favoring the beginning of the fight by organizing a group of manufacturing industry in the Empire.

Key word: Auxiliary Society National Industry, manufacturing, empire, trade and industry

## 1- A cidade do Rio de Janeiro na década de 1870.

Nas últimas décadas do século XIX, a cidade do Rio de Janeiro era um mercado em franco crescimento. Sua população ultrapassava 230 mil habitantes, sendo que 817 residiam na área urbana. Já era a maior cidade brasileira, “e era um dos 15 maiores portos do mundo, sendo o terceiro da América”(Levy,1994:94). Ainda nos anos de 1870, a metade da população masculina da Corte era estrangeira, vinda principalmente de Portugal.

A centralização comercial e financeira do país, a concentração de boa parte do gasto público e a garantia de um amplo emprego público e de serviços aos seus habitantes propiciaram maior desenvolvimento, gerando, portanto, crescimento econômico para a cidade. O Rio de Janeiro era a porta de entrada para o Brasil, o que trazia inúmeros benefícios para a sua população, pois poderiam adquirir com um mínimo de intermediários os produtos importados.

A capital do Império era o centro nacional de distribuição do comércio interno e externo, e distribuía as importações pelo país via comércio de capotagem. Acrescenta-se o fato de as regiões produtoras de café como a Fluminense, a de Minas Gerais, a do Espírito Santo e a de São Paulo pagarem imposto de utilização do Porto do Rio de Janeiro devido à exportação deste produto. Com isso, a burguesia da cidade do Rio de Janeiro pôde reproduzir seu capital, criando o primeiro espaço financeiro, comercial e industrial do país.

As décadas de 1860 e 1870 presenciaram a construção da primeira estrada de ferro no Brasil, o início da navegação a vapor e a construção de novos portos. O crescimento e a ramificação do sistema ferroviário e rodoviário, a melhoria dos meios de transporte, a gradual liberação dos escravos e o afluxo de imigrantes ampliaram o “mercado consumidor suprindo o Rio de Janeiro e contribuíram para a expansão dos setores secundários e terciários entre 1875 e a década de 80, do século XIX”.(LOBO,1978:171) A Estrada de Ferro Central do Brasil era importante meio de distribuição das mercadorias importadas e produzidas. Já para o interior, os trilhos das estradas de ferro asseguravam o fornecimento de amplas regiões de Minas Gerais e São Paulo.

Como centro financeiro do país, sede do Banco do Brasil e dos principais bancos privados nacionais e estrangeiros e da Bolsa de Valores, a cidade dispunha de facilidade

de crédito. A Bolsa de Valores do Rio de Janeiro intermediava negócios com títulos de dívida pública e tinha condição técnica de corresponder à necessidade de seus clientes. “Era ainda um centro comercial e político. O Rio tinha disponibilidade de mão de obra, devido às migrações e o crescimento natural da população, porém sem qualificação técnica”.(ALONSO,2002:39).

A cidade do Rio de Janeiro, por abrigar as condições estruturais, material e social, por ser capital do Império e ter garantido para a sua população os meios necessários para o seu desenvolvimento, também era o centro político do Império, abrigando a Câmara e o Senado, tornando-se o epicentro da política da nação. Cidade referência quanto aos movimentos da causa social, lugar de acordos e favores para os políticos das demais províncias.

Neste período, ocorreu a crise econômica mundial de 1875, que repercutiu no Brasil, levando vários estabelecimentos de crédito à falência. O país entraria num longo período de mal-estar econômico. Os preços internacionais se elevam impulsionados pela quebra da safra brasileira de café, bem como a expansão do consumo mundial. O crescimento ganha impulso em 1870, quando uma forte geada assola os cafeeiros no Brasil, ocasionando aumento nos preços internacionais. Este aumento repercutiu nos “preços internos do café no país, aumentando de 20 a 40 mil réis. É quando em 1874 caem os preços internacionais devido à depressão mundial, o câmbio, os preços internos e as condições climáticas, ocasionando a crise” (MELLO,1988:82).

A década de 1870 foi um período bastante conturbado com várias mudanças no Império do Brasil em inúmeras áreas: econômica, social e política; portanto uma ocasião em que poderia gerar novas propostas para o país. Abrigo para inovações e propostas para um novo país, com valores e ideais ligados ao “Repertório”.

são criações culturais aprendidas, mas elas não descendem de uma filosofia abstrata ou ganharam forma como resultado de propaganda política; eles emergem da luta e designam um conjunto limitado de esquemas que são aprendidos, compartilhados e postos em prática através de um processo relativamente deliberado de escolha. (ALONSO,002:39)

Toda essa conjuntura favoreceu o despertar de um grupo de industriais fabris que julgavam ter uma proposta de mudança para o Império, mediante discussões dentro da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, que levaram a disposições divergentes resultando em uma crise que evidenciava a fragilidade do órgão.

## 2- O Conflito entre importadores e fabricantes de chapéus na SAIN.

A “Crise do Chapéu” foi o primeiro movimento organizado em prol da indústria chapeleira no Rio de Janeiro, que tinha por objetivo o protecionismo tarifário que pudesse viabilizar o desenvolvimento dessa indústria na década de 1870.

O crescimento da indústria chapeleira no Rio de Janeiro se firmou graças à vida social e política da capital do Império, que criava um mercado consumidor de chapéus finos (LEOPOLDI, 2000:96). No início da década, entre os anos de 1873 e 1874, os chapéus de lã da Alemanha e da Inglaterra foram importados para o Brasil. Como seus preços eram mais baratos e possuíam a mesma aparência e elegância dos chapéus feitos com pelo de lebre, o seu consumo cresceu muito.

Em verdade, a indústria nacional não podia deixar de ressentir-se de uma tão profunda e tão rápida transformação, motivada pelos novos aperfeiçoamentos de navios a vapor, que, encurtando as viagens e cobrando fretes mais baratos, convidavam qualquer fabricante a enviar seus produtos a este lado do oceano, tanto mais fácil, que, nos seus próprios países. (RELATÓRIO,1882:14)

Como afirma Luís Carlos Soares “a reformulação tarifária empreendida sob as ordens de Visconde do Rio Branco em 1874, contribuiu para agravar a crise dos estabelecimentos de chapéus de feltro”.(SOARES,1980:166)

A tarifa de 1874 proporcionou a entrada dos chapéus europeus no país; a importação do produto foi maciça, levando a uma redução brutal da produção nacional por não conseguir concorrer com o chapéu estrangeiro, acarretando uma grande crise na chapelaria no Rio de Janeiro.

De acordo com Eulália Lobo, outra dificuldade havia quanto à matéria-prima utilizada nas fábricas de chapéus, pois esta era importada e classificada como um artigo acabado, o chapéu já pronto, sendo que a matéria-prima era semielaborada, com isso o imposto de entrada do produto incidia de forma pesada.

Segundo essa classificação errônea, esse produto custava 1\$800 e pagava de imposto 1\$740 quando o custo da montagem do chapéu feita no Brasil era de 4\$000. Portanto, apenas o revestimento externo importado custava quase tanto quanto toda a montagem da carcaça do

chapéu, elevando o preço deste para 7\$540. O preço do chapéu estrangeiro importado era de 6\$240, beneficiando-se de uma diferença de 1\$300 a menos em relação ao nacional porque pagava de 1\$740, tanto quanto a chemise- manchon ou simplesmente revestimento. (LOBO,1978:197)

Além da tarifa, a estrutura artesanal do setor de chapéus estava mudando para uma etapa industrial (fabril). Com isso o desaparecimento da função de artesão chapeleiro iniciou seu processo. A nova estrutura configurava o uso de máquinas a vapor e maior número de trabalhadores. Segundo Leopoldi, em torno da “questão chapeleira” havia diversos interesses em disputa:

os comerciantes importadores, interessados em tarifas baixas para venderem o chapéu importado; os industriais de chapéus de lebre, ameaçados de desaparecer em virtude da concorrência dos similares importados e do alto custo da matéria-prima, que elevava o preço final do chapéu; os artesãos, ameaçados pelas altas tarifas pela concorrência do produto importado e pelo desenvolvimento das manufaturas, que anunciavam o fim da produção manual de chapéu. Havia também os fabricantes de chapéus de seda, que se aliaram ao comércio importador no combate à elevada carga tarifária sobre os chapéus de lã e de pêlo de lebre da Europa. (LEOPOLDI,2000:97)

No decorrer da crise chapeleira, alguns estabelecimentos de chapéus de feltro fecharam suas portas, e os chapéus de patente transformaram-se em estabelecimentos montadores de chapéus em carcaças importadas, com isso houve uma redução de metade dos operários empregados e os seus proprietários se transformaram em vendedores dos chapéus de lã importados.

A princípio os chapeleiros apelaram para a Associação Comercial, não encontrando repercussão se voltaram para a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional que entre 1876 e 1877, foi o palco encontrado para os debates entre os proprietários da indústria de chapéus de feltro, os operários chapeleiros e os comerciantes de chapéus de lã importados. Debates estes que se configuraram como uma disputa de poder dentro do órgão, trataremos da relação de forças que obravam dentro da SAIN almejando um espaço político através de suas articulações. (GRAMSCI,2000:40)

Num manifesto, com a data do 1º de Agosto de 1876, endereçado pelos fabricantes de chapéus á benemérita Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, da qual era a nessa ocasião Presidente o sempre lembrado Visconde do Rio Branco. Cabe a esta distinta classe, dos chapeleiros, a glória da iniciativa da propaganda, que presentemente nos preocupa, e que, felizmente, já tem despertado a atenção de muitos homens eminentes do país. Em presença das diversas questões levantadas no seio da Sociedade Auxiliadora, e que deram lugar a divergências de opiniões, as duas seções de indústria fabril e de comercio intervieram com seus pareceres, sendo a primeira totalmente favorável à ideia de proteção. (RELATÓRIO,1882:15-16)

Para os proprietários das indústrias de chapéus de feltro, estes defendiam que havia necessidade de uma tarifa protecionista, e a elevação dos impostos de importação dos chapéus de lã estrangeiros a fim de defender seus negócios, iniciando assim a querela entre a seção fabril e a seção comercial dentro da SAIN. Os fabricantes nacionais dependiam dos produtos importados como tintas gomas e forros para a finalização de seus produtos.

Os fabricantes nacionais de chapéus de lebre e lã precisavam importar. Pelas drogas para tintas gomas-laca, forros, fitas tantas de lã como de seda, sujeitos a tarifa alfandegária. Era, portanto, necessário cobrar direitos elevados sobre o produto acabado estrangeiro para garantir a sobrevivência da indústria nacional. (LOBO,1978:198)

Já para os operários chapeleiros, estes reclamavam sobre o desemprego ocasionado com a redução da capacidade produtiva da indústria chapeleira. Com a necessidade de aperfeiçoamento que as fábricas precisavam alcançar para conseguirem concorrer com os produtos importados que inundavam o mercado nacional, gerou uma diminuição na quantidade de trabalhadores nas fábricas prejudicando ainda mais os operários chapeleiros.

Em virtude da falta de proteção a fabricação de chapéus entrou em declínio e os artistas chapeleiros, que são só empregados nas fábricas de chapéus de preço baixos de 1\$100 a 3\$000 único com que os estrangeiros não podem concorrer resultando por tanto diminuição no salário do artista de 40 a 50%%. Acresce ainda que o fabricante, a fim de concorrer em preços com o chapéu estrangeiro, tem sido obrigado a introduzir na fábrica máquinas dos sistemas os mais aperfeiçoados com os quais acabou maior quantidade de obra e dispensam número considerávelde operário.(CONFEDERAÇÃO NACIONAL,1876:158)

Os comerciantes importadores defendiam o livre-cambismo, afirmando combater o protecionismo da indústria. Para os comerciantes, os industriais de chapéus nacionais não tinham nenhuma condição de produzir este artigo com habilidade e conhecimento adequado, para formar um objeto com excelência para o mercado consumidor.

Para equacionar a questão, o representante da seção da indústria fabril, Sr. José Pereira Rêgo Filho, encaminhou um requerimento sobre o assunto que a seções de agricultura, de comércio e de indústria deveriam estudar um parecer sobre uma solicitação ao Governo Imperial sobre a alteração da tarifa de nossa alfândega. Com o objetivo de favorecer a indústria agrícola e os ramos da indústria fabril, em 21 de junho de 1876, as questões que abordavam eram referentes à tarifa com questionamento quanto a questão de quais os artigos da tarifa que deveriam ser alterados e os termos precisos da alteração. O segundo requerimento foi encaminhado em 05 de julho de 1876 a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional pela seção de comércio. Veja-se a seguir:

Requerimento do Sr. Joaquim d'Armada (documento nº2) apresentado a 05 de julho, afim de que a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional achando procedentes as razões, que o suplicante alega, haja de remeter uma cópia do requerimento ao Ex<sup>mo</sup> Snr. Ministro da Fazenda, ou a quem de direito para ser tomado em consideração, como for de justiça a bem da indústria nacional dos chapéus, no sentido de que o Governo Imperial diminua de o imposto de importação carapuças ou capas de pêlo de lebre ou coelho, a que os franceses chamam chemises.” (INFORMAÇÃO,1877:1)

A seção da indústria fabril argumenta quanto à posição da seção de comércio, pois coloca em dúvida o tipo de indústria que o senhor D'Armada possui e seu valor para o desenvolvimento da indústria fabril neste Império. O confronto entre as seções da indústria fabril e do comércio se acirra por argumentar que a seção de comércio possui produtos que não contribuem para o crescimento da indústria.

Um protesto, a 1º de agosto (documento nº 3) assinado pelos proprietários de 15 fábricas de chapéus de lebre, estabelecidas nesta Corte em que pede a nomeação de uma comissão para visitar as fábricas de chapéus de lebre e informar a Sociedade se as carapuças ou capas, que o senhor Armada importa e emprega são ou não fabricas dos signatários de protesto, sendo estes produtos de fabricação nunca inferior aos que vem do estrangeiro, segundo ficou provado na última exposição nacional. (INFORMAÇÃO,1877:2)

Neste debate entre fabricantes de chapéus e comerciantes importadores há um espaço ainda para a situação dos artistas chapeleiros que têm, nessa ocasião, suas reivindicações a fazer na SAIN. Os artistas chapeleiros redigiram uma representação para a diminuição das matérias-primas compradas no exterior, junto a SAIN, tendo sido prejudicados pela tarifa alfandegária. Neste emaranhado de posição e interesses, os artistas chapeleiros se defendem contra seus opositores enviando suas reclamações.

Uma representação a 1º de agosto (documento nº 4) assinado por um grande número de artistas chapeleiros, residentes nesta Corte, solicitando que a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional mostre ao Governo Imperial a necessidade de argumentar consideravelmente os direitos dos chapéus importados, e diminuir os das matérias-primas, de que a fabricação carece do estrangeiro. (INFORMAÇÃO,1877:2)

O senhor Joaquim Alvaro D'Armada e outros especificam as razões de sua proposta e pedem novamente uma diminuição dos direitos de importação de carapuças para os chapéus de lebre e castor. Referente à questão da tarifa, o estudo proposto pela seção da indústria fabril em que foi solicitada a análise alusiva ao assunto para um parecer da seção de agricultura. A discussão dentro da SAIN continua com relação ao assunto e a seção de agricultura se posiciona.

A seção de agricultura ( Documento nº8), emitindo suas razões acerca deste assunto, entende não ser da sua competência qualquer dos pontos de vista, sob que for encarada a questão que lhe parece dever ser resolvida pelas seções da indústria fabril e de comércio: pondera entretanto que, em relação à indústria dos chapéus não ainda informadas, ou as tais carapuças nunca deverão equiparar os respectivos direitos com os de chapéus acabado. (INFORMAÇÃO,1877:2)

A partir da posição da seção da agricultura dentro da SAIN, a luta entre as “seções da indústria fabril e do comércio se intensifica, pois o conflito e as argumentações evoluíram para a questão da tese da nova pauta, a tarifa de 1879”(SOARES,1980:166). Sob a alegação de a tarifa poder ser a favor ou não da indústria fabril, sendo protecionista ou livre-cambista. A ideia que agradaria em muito a seção do comércio seria o livre-cambismo.

No documento ora utilizado fica bem explícito a argumentação de que o Império deveria se posicionar quanto ao sistema a privilegiar o protecionista ou o livre-cambista. Esta narrativa remete ao exemplo de duas nações, a Inglaterra e os Estados Unidos da

América, mais adequado para o crescimento da indústria fabril no Império mediante a realidade de desenvolvimento nos Estados Unidos da América protecionista quanto as suas indústrias, favorecendo assim ao desenvolvimento do seu mercado interno. Na alegação da seção da indústria fabril confronta a situação dos dois países como algo a ser reconhecido e analisado e indica sua disposição.

No estado atual da atividade industrial das nações, duas são os sistemas em que se debate o comércio: o liberal, ou da Escola de Manchester; e o protetor ou proibitivo, ou dos Estados Unidos. O primeiro é o ideal, o qual deve tender todas as nações cultas da mesma forma que para o positivo tendem todas as questões científicas elaboradas no vasto domínio inteligência humanas. A Associação universal, isto é, uma associação em que todas as nações obedecem mutuamente a um mesmo regime legal, só pode ser realizável, quando elas tenham chegado a um mesmo grau de indústria e civilização, de educação política e poder. O segundo sistema o protetor, é ao contrário do procedente, o mais seguro de elevar os países novos ao nível da nação preponderante, e sob este ponto de vista constitui os mais poderosos promotores de associação dos povos por consequência, da verdadeira liberdade comercial, para a tende ou deve tender. Numa nação, cujo poder industrial não esta firmado, em que as indústrias apenas começam a aparecer acabrunhadas pela concorrência estrangeira, não é de certo o sistema liberal, que lhe poderá dar vida e vigor; não é, portanto o sistema liberal, que lhe convém (INFORMAÇÃO,1877:5)

A argumentação da seção da indústria fabril demanda uma análise por parte da SAIN quando enfatiza a necessidade de seguir o exemplo dos Estados Unidos da América em proteger a indústria nacional contra os produtos estrangeiros. Ficando identificado que a proposta da seção fabril difunde-se como um partido tem uma direção definida ao levantar a bandeira protecionista como uma escolha possível a política do Império. A seção do comércio argumenta contra a posição da seção da indústria fabril quanto ao protecionista por entender ser um exagero tal pretensão. A proposta de fazer o Império adotar o sistema protecionista alteraria todo o pensamento político.

Quer os primeiros socorrer no exclusivismo de só eles prepararem tal produto para outras fábricas suas coirmãs. Dizem eles: quando mais caro vos ficar essa matéria-prima de que fazeis uso, mais depressa batereis as nossas portas que guarneceremos com a imposição. Esta que é a questão e a verdade. (CONFLITO,1877:5)

Para a seção de comércio o favorecimento da indústria fabril os levaria a ruína, portanto o que adiantava uma seção iria prejudicar a outra. A seção da indústria fabril trazia a SAIN sua necessidade de apoio para a indústria e seu desenvolvimento. Havia um confronto de opinião quanto à mudança na postura do governo referente a que sistema adotar. A proposta da seção fabril seria seguir o exemplo dos Estados Unidos da América, que protegia suas indústrias da concorrência estrangeira.

Conforme afirma Werner em seu livro *A Industrialização e o Desenvolvimento Econômico do Brasil*: Durante a maior parte da existência do Império do Brasil 1822-1889, “a política comercial baseava-se no livre-cambista, o que tornava extremamente difícil o estabelecimento de indústrias no país em face de concorrência.”(WERNER,1975:9) A proposta da seção da indústria fabril era uma reivindicação muito complexa para um contexto agroexportador em que a economia era alicerçada em um único produto, o café; por este motivo o conflito era inevitável entre as duas seções dentro da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.

Para a indústria fabril, sua afirmação não é um exclusivismo absoluto no Império, e sim uma combinação de ambos, isto segundo a natureza do objeto, ou do estado da indústria, que convém ter sempre presente. Mas para a realidade de uma indústria nascente no Brasil é necessário protegê-la. Tem-se uma flexibilidade por parte da indústria fabril; isto pode indicar como foi possível por tanto tempo a convivência dentro da SAIN de duas seções tão distintas.

Os comerciantes importadores questionavam o fato da tarifa de 1874 taxar a matéria-prima semielaborada importada para suas fábricas e terem um imposto alto, entendendo que este material já seria um produto acabado. Este outro conflito entre os comerciantes e o próprio entendimento da alfândega fazia parte deste emaranhado da crise chapeleira.

Para o representante da seção do comércio, Sr. Joaquim d’Armada, a própria seção da indústria fabril concorda com a questão errônea da tarifa de 1874 taxar os produtos semielaborados como produto final. “A própria seção da indústria fabril reconhece que alguma razão assiste ao preponente, porque lembra a necessidade de extremar na tarifa essa mercadoria da taxa que lhe é aplicada, por não ser chapéu abatido.” ( CONFLITO,1877:2)

Outra argumentação por parte dos comerciantes importadores era que a indústria nacional não seria prejudicada com a importação de matérias-primas, pois a

concorrência poderia gerar maior eficiência por parte da indústria fabril. “A indústria Nacional lucraria sempre porque estabeleceria uma concorrência muito legítima e leal com os chapéus importados.” ( CONFLITO,1877:5)

Os comerciantes importadores expõem sua tese e analisam o que percebem da indústria fabril, alegando que estas indústrias não possuíam conhecimento e habilidades desenvolvidas para a feitura do chapéu e para a concorrência estrangeira. (LOBO,1978:198) Além de afirmarem que a proteção que a seção da indústria fabril almejava prejudicar o Império por serem indústrias fictícias.

Tenho o dever opor o meu voto a toda a ideia que, apoiando se na proteção de proteger indústrias fictícias, venha ferir a liberdade do comercio o tributar sem vantagem 9 milhões de habilidades das 20 províncias do Brasil em provento a particular de 15 fabricas de chapéus de lebre na Corte. (CONFLITO,1877:7)

A seção do comércio admoesta a seção da indústria fabril questionando que suas indústrias eram fictícias e por isso prejudiciais para o Império por não contribuírem para o desenvolvimento econômico. A crise ocorrerá pelo conflito de interesses entre duas seções: a de comércio e a da indústria fabril dentro da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Para essa argumentação a análise teve resposta no documento da seção da indústria fabril, não fictícias, mas inferiores, segundo seu próprio pensamento.

Atualmente muito de nossos produtos são inferiores aos similares do estrangeiro mais isto consequência de que os produtos superiores, que perder-se-ia fabricar, custam mais caros, ou o mesmo preço que os estrangeiros, deixando infelizmente de ser preferidos: entretanto, apesar de todos estes obstáculos alguns artefatos vão lutando em certos lugares, e ganhando algum terreno sem contudo atingirem o desenvolvimento, de que seriam capazes. Os lucros são geralmente insignificantes, e por isso estas indústrias arrastam a vida raquítica e mesquinha, sem poderem renovar a sua matéria nem aperfeiçoar os seus processos, á proporção que aparecem os aperfeiçoamentos, como na Europa se faz, resultando muitas vezes, que no fim de algum tempo trancam as portas. ” (CONFLITO,1877:12)

Os comerciantes importadores tinham um braço estendido para a indústria agrícola, pois em seu discurso foi exposto o entendimento quanto à visão que tinham sobre o valor desta em detrimento à indústria fabril. “As indústrias que nos devem merecer os mais assolados cuidados são: indústria agrícola em seus variados ramos.”(CONFLITO,1877:11) A oposição fica bem definida: quem é a favor ou contra

a indústria fabril. A proposta de Joaquim d'Armada era oposta a da indústria fabril. Eis a proposta para o Conselho Administrativo da SAIN, por parte da seção do comércio.

1º Que quando se tenha de reforma a tarifa das alfândegas se procure isentar, ou menos, reduzir as taxas de todos os objetos que constituem matérias-primas para as indústrias criadas no país em via de progresso e adiantamento. 2º Que toda e qualquer indústria seja, isenta de impostos diretos. 3º Que toda a vez que o Governo Imperial tenha de comprar artefatos que se fabriquem no país lhes dê a preferência, embora mais caros que os similares estrangeiros. 4º Que sejam abolidos os direitos interprovinciais nos artefatos de produção nacional para que possam estabelecer-se os princípios gerais da permuta. 5º Que auxílio 12 artistas habilitados em concurso escolhido dentro daquelas indústrias que tenham distinguido no país para irem a Europa e Estados Unidos as despesas do Governo Império para estudara teoria e a prática das mesmas indústrias, devendo voltar no período de três anos com os seus títulos na habilitação, não só para regerem por dois anos cada um as aulas da nossa sociedade, como para reformarem o roteiro sistema de trabalho, aplicando- lhe todos os melhoramentos da arte moderna ( CONFLITO,1877:14-15)

As reivindicações da seção da indústria fabril foram levadas à Comissão Administrativa da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e seriam: 1º Conservar os direitos atuais para os chapéus até 9% m. 2º Duplicar os direitos aos que excederem de 9% m. 3º Aumentar consideravelmente aos direitos nos chapéus de lã. 4º Manter direitos elevados para forros já cortados, carcaças e outra espécie apropriados aos chapéus.

O interesse da seção da indústria fabril se configura na tentativa de proteger suas indústrias dos produtos estrangeiros conservando as vantagens já conferidas e almejando auxílio do governo. A seção do comércio apetece isenção ou reduções de tarifas que pudessem ocasionar um cometimento ao comércio importador e abolição dos impostos interprovinciais no principio da permuta, gerando assim um maior domínio do comércio importador e de seus produtos no mercado interno no Império.

Este debate durante 1876-1877, dentro da SAIN, refletiu de maneira clara a crise do setor fabril no Rio de Janeiro e proporcionou que em 1877 o presidente da SAIN, o visconde do Rio Branco, pudesse elaborar um documento conciliatório entre as partes, a seção do comércio e a seção da indústria fabril, que defendesse a liberdade de comércio sem prejuízo das indústrias. As reivindicações seriam: redução das incidências tarifárias sobre a matéria-prima não produzida no país, quando destinada às indústrias; proteção

razoável para a instalação de novos estabelecimentos industriais necessários ao país; isenção de impostos para os produtos manufaturados nacionais exportadores; obtenção de créditos agrícolas e industriais; preferência do produto nacional nas compras do Governo; divulgação das estatísticas agrícolas e industriais; organização do ensino agrícola e industrial.(LEOPOLDI,2000:99)

Em 1878, uma comissão de dois funcionários da Alfândega foi enviada pelo Governo Imperial para a Europa e os Estados Unidos a fim de visitarem fábricas e alfândegas, com o objetivo de racionalizar o serviço no Império. “Os dois concessionários foram incumbidos de se informar sobre os métodos mais aperfeiçoados de classificação dos produtos taxáveis e de tomar nota das inovações realizadas em várias indústrias, bem como das alfândegas.” ((STEIN,1979:31)Os funcionários voltaram da Europa e dos Estados Unidos convencidos da importância do desenvolvimento da indústria fabril. A partir desta posição o Governo Imperial muda sua relação quanto à tarifa e o protecionismo de forma “moderada”.

Neste ponto, senhores, aguardando a fidelidade que devemos a história destes fatos, sermos há lícito dizer-vos que o elemento predominante desta comissão foi tirado da classe dos negociantes importadores; e por esta simples causa, podeis compreender quão poucos foram atendidas as reclamações dos industriais. (RELATÓRIO,1882:19)

A nova tarifa de 1879, de caráter protecionista, parece ter conseguido o atendimento parcial de suas reivindicações pela elevação dos direitos dos chapéus importados. Os fabricantes de chapéus tiveram condições mais favoráveis para aumentar seus investimentos. Os estabelecimentos de chapéus de feltro se reaparelharam para a produção de chapéus de lã.

Conforme Nícia Vilela Luz “os adversários do protecionismo, entretanto, não silenciaram suas críticas e movimentaram-se para obter a anulação dos resultados conseguidos na pauta de 1879”. (LUZ,1975:50) Em 1880, sobre a influência dos comerciantes importadores, o Governo formou uma nova comissão para a revisão da tarifa de 1879.

Porém, se essa tarifa não estava no caso de satisfazer as necessidades da maior parte das indústrias, elas iam ficar em mais precária posição com a nova revisão a que, no meio do ano de 1880 estava procedendo na alfândega da Corte uma nova comissão

nomeada Sr. Ministro da Fazenda,o Sr. Conselheiro José Antônio Saraiva. (RELATÓRIO:1882:20)

Com a pressão exercida pelos comerciantes importadores para a revisão da tarifa de 1879, o grupo da seção fabril se retira da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, a partir desta posição do Governo Imperial, tão sujeito a pressões sociais.

A indústria fabril decide congregar-se unindo os diversos ramos: chapéus, calçados, curtumes, tecidos, roupas feitas e móveis, que iria se organizar como uma Associação Industrial, voltada para indústria fabril nacional.

### Conclusão

A posição ambígua quanto à indústria fabril na Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, tanto no seu Estatuto, bem como nas suas ações, refletia em parte o conflito dentro deste órgão no Império do Brasil na década de 1870. A sua dificuldade de tomada de decisão, vem por parte pela composição de seus membros, que possuíam inúmeros interesses que divergiam dentro do órgão e por seus compromissos com o Governo Imperial.

Por esta razão ver-se-á a seguir a luta pela indústria fabril, já na década de 1880 do século XIX, com a organização da primeira entidade a favor da indústria fabril, e de que forma utilizaram todos os meios possíveis para o seu crescimento e visibilidade para com o Governo Imperial e para a esfera pública na década de oitenta.

### Referências Bibliográfica

#### Documentos

CONFERRAÇÃO NACIONAL DAS INDÚSTRIAS. *A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional*. Rio de Janeiro: Typ. Econômica de Machado, 1876.

CONFLITO entre Negociantes e Fabricantes de Chapéus. Discurso apresentado por Joaquim Álvaro d'Armada na Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, 20 de março de 1877 .Typografia de J. Paulo Hildebrandt.

INFORMAÇÃO sobre o Estado da Indústria Nacional pela Seção da Indústria Fabril da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, 1877.

RELATÓRIO da *Assembléia Geral da Associação Industrial do Rio de Janeiro*, 1882.

#### 1- Livros e Dissertação

ALONSO, Angela. *Idéias em Movimento. A Geração 1870 na Crise do Brasil- Império*. São Paulo: Ed Paz e Terra, 2002.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a Política Volume3*. RJ: Civilização Brasileira.

LEOPOLDI, Maria Antonieta P. *Política e interesses na industrialização brasileira: as associações industriais, Política Econômica e o Estado*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *História de Rio de Janeiro (do Capital Comercial ao Capital Financeiro)* Rio de Janeiro: IBIMEC, 1978.

LUZ, Nícia Vilela. *A Luta pela Industrialização do Brasil: 1808- 1930* 2ª edição. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

MELLO, João Manuel Cardoso. *O Capitalismo Tardio*. 7ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

STEIN, Stanley J. *Origem e Evolução da Indústria Têxtil no Brasil 1850-1950*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1979.

SOARES, Luís Carlos. *A Manufatura na Formação Econômica e Social Escravista no Sudeste. Um Estudo das Atividades Manufatureiras na Região Fluminense 1840-1880*. 1980. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências e Filosofia, UFF, Niterói, Rio de Janeiro, 1980.

WERNER, Baer. A Industrialização e o Desenvolvimento Econômico do Brasil. 1º ed. Rio de Janeiro: FGV, 1975